



Vulnerabilidade Humana e Justiça Social: Desafios Éticos da Psicologia Frente às Desigualdades

Human Vulnerability and Social Justice: Ethical Challenges for Psychology in the Face of Inequalities

Vulnerabilidad humana y justicia social: desafíos éticos para la psicología frente a las desigualdades

Juliana Santos Rodrigues¹; Dayse Renata Martins Carneiro Mendonça²; Julia Mendonça Pereira dos Santos³; Andriely Ferraz Soares Bussular⁴; Júlia Monteiro de Oliveira⁵; Cleilson Teobaldo dos Reis⁶

¹ Mestranda em Ciências na Gestão de Cuidados em Saúde área de concentração em Liderança, Must University, Flórida, Estados Unidos, Brasil.

E-mail: contato.julianasr@gmail.com

² Graduanda em Psicologia, Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.

E-mail: dayse_rm@hotmail.com

³ Graduanda em Psicologia, Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.

E-mail: julia.mendonca.p@gmail.com

⁴ Graduanda em Psicologia, Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.

E-mail: bussularandriely@gmail.com

⁵ Graduanda em Psicologia, Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.

E-mail: juliamonteiro1911@gmail.com

⁶ Mestre em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. E-mail: cleilson.reis@uvv.br

Submitted on: 1.26.2026

Accepted on: 1.28.2026

Published on: 2.12.2026

RESUMO: O artigo discute o amor como expressão da alteridade, a vulnerabilidade como dimensão constitutiva da identidade e as relações de gênero como campo de disputa ética e política, articulando fundamentos teóricos da filosofia e da psicologia a representações audiovisuais contemporâneas. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem teórico-documental, analisa obras de Emmanuel Levinas, Carl Rogers, Martin Buber, Erich Fromm e autoras feministas que examinam a violência contra a mulher e a ética do cuidado. Paralelamente, interpreta documentários que tratam do amor, da diferença e da resistência feminina, considerando a imagem como espaço de reconhecimento e escuta. Os resultados apontam que o amor, quando compreendido como prática ética, transforma a vulnerabilidade em potência relacional e redefine a identidade como processo compartilhado. As narrativas analisadas evidenciam que o reconhecimento do outro é também reconhecimento das estruturas sociais que o oprimem, e que a violência de gênero representa a negação radical dessa alteridade. Conclui-se que a psicologia, ao adotar a ética do cuidado e a escuta empática, assume papel decisivo na mediação entre sofrimento e emancipação. O estudo reforça a necessidade de uma prática psicológica orientada pela responsabilidade, pela defesa da dignidade humana e pela articulação entre teoria, imagem e intervenção social.

Palavras-chave: amor, alteridade, vulnerabilidade, gênero, psicologia.

ABSTRACT: This article discusses love as an expression of otherness, vulnerability as a constitutive dimension of identity, and gender relations as a field of ethical and political dispute, articulating theoretical foundations from philosophy and psychology with contemporary audiovisual representations. The research, qualitative in nature and with a theoretical-documentary approach, analyzes works by Emmanuel Levinas, Carl Rogers, Martin Buber, Erich Fromm, and feminist

authors who examine violence against women and the ethics of care. In parallel, it interprets documentaries that deal with love, difference, and female resistance, considering the image as a space for recognition and listening. The results indicate that love, when understood as an ethical practice, transforms vulnerability into relational power and redefines identity as a shared process. The narratives analyzed show that the recognition of the other is also the recognition of the social structures that oppress them, and that gender violence represents the radical negation of this otherness. It concludes that psychology, by adopting the ethics of care and empathetic listening, assumes a decisive role in mediating between suffering and emancipation. The study reinforces the need for a psychological practice guided by responsibility, the defense of human dignity, and the articulation between theory, image, and social intervention.

Keywords: love, otherness, vulnerability, gender, psychology

RESUMEN: Este artículo aborda el amor como expresión de la alteridad, la vulnerabilidad como dimensión constitutiva de la identidad y las relaciones de género como campo de disputa ética y política, articulando fundamentos teóricos de la filosofía y la psicología con representaciones audiovisuales contemporáneas. La investigación, de carácter cualitativo y con un enfoque teórico-documental, analiza obras de Emmanuel Levinas, Carl Rogers, Martin Buber, Erich Fromm y autoras feministas que examinan la violencia contra las mujeres y la ética del cuidado. Paralelamente, interpreta documentales que tratan sobre el amor, la diferencia y la resistencia femenina, considerando la imagen como un espacio de reconocimiento y escucha. Los resultados indican que el amor, entendido como una práctica ética, transforma la vulnerabilidad en poder relacional y redefine la identidad como un proceso compartido. Las narrativas analizadas muestran que el reconocimiento del otro implica también el reconocimiento de las estructuras sociales que lo oprimen, y que la violencia de género representa la negación radical de esta alteridad. Concluye que la psicología, al adoptar la ética del cuidado y la escucha empática, asume un papel decisivo en la mediación entre el sufrimiento y la emancipación. Este estudio refuerza la necesidad de una práctica psicológica guiada por la responsabilidad, la defensa de la dignidad humana y la articulación entre teoría, imagen e intervención social.

Palabras clave: amor, alteridad, vulnerabilidad, género, psicología

1. INTRODUÇÃO

A discussão contemporânea sobre amor, alteridade e vulnerabilidade humana tem sido atravessada por debates éticos que deslocam o foco das relações centradas no eu para relações de responsabilidade diante do outro. A filosofia de Emmanuel Levinas, as elaborações sobre ética do cuidado e as contribuições da psicologia humanista abriram espaço para pensar que o encontro com o outro não é apenas experiência afetiva, mas acontecimento ético que exige resposta. Quando esse encontro se dá em contextos de desigualdade, violência de gênero e silenciamento institucional, o amor deixa de ser categoria privada e passa a operar como fundamento político de reconhecimento e de justiça social. É nessa confluência que o artigo se situa, articulando produção teórica e narrativas audiovisuais que evidenciam o rosto do outro, sua dor e sua dignidade.

O material fílmico selecionado mostra que a escuta radical, quando acolhe histórias de mulheres, crianças, famílias e sujeitos em condição de vulnerabilidade, revela a potência ética do vínculo e expõe as estruturas que o ameaçam. As relações de gênero marcadas pelo patriarcado, as formas de violência simbólica e institucional, a medicalização do corpo feminino e o modo como o Estado responde a essas violências mostram que a alteridade não é apenas questão filosófica, mas campo de disputa social. A psicologia, por estar situada entre o sofrimento e a palavra, aparece como área estratégica para mediar essas experiências, registrar subjetividades silenciadas e propor práticas de cuidado que não reifiquem quem sofre.

Ao mesmo tempo, a ampliação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, o fortalecimento de protocolos intersetoriais e a presença de psicólogos em serviços de saúde, assistência social e segurança pública evidenciam que o cuidado, para ser ético, precisa reconhecer interseccionalidades de gênero, classe, raça e território. Um atendimento que apenas acolhe, mas não reconhece a posição social da vítima, corre o risco de repetir o silenciamento que as narrativas audiovisuais analisadas neste estudo justamente denunciam, o que reforça a importância de aproximar teoria, clínica, políticas públicas e imagem.

Diante disso, o artigo tem como objetivos: (a) examinar o amor como expressão da alteridade, a partir de referenciais filosóficos e psicológicos; (b) analisar como a vulnerabilidade participa da constituição da identidade e pode ser visibilizada por meio de narrativas documentais, a partir da análise dos documentários *Human* (2015), *Far from the Tree* (2017), *Território do Brincar* (2015) e *Children Full of Life* (2003); (c) discutir as questões de gênero e violência presentes nos materiais audiovisuais selecionados, com base nos documentários* *Private Violence* (2014), *And So I Stayed* (2021) e *Behind the Rage* (2020), relacionando essas narrativas à crítica feminista; e (d) apresentar o papel da psicologia na articulação entre ética do cuidado, políticas públicas e defesa de direitos, tomando a alteridade como eixo estruturante.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que sustenta este estudo parte da compreensão do amor como experiência ética, situada entre a filosofia e a psicologia. Inserido em uma tradição filosófica crítica ao primado do sujeito moderno, Emmanuel Levinas (1987) aprofunda e reconfigura o debate ao sustentar que a ética se origina no encontro com o rosto do outro e na responsabilidade que dele irrompe. Inseridos em um mesmo horizonte histórico e intelectual que problematiza a centralidade do sujeito moderno, Emmanuel Levinas (1987), Carl Rogers (1976) e Martin Buber (2001) não operam em uma lógica de influência linear, mas dialogam, a partir de campos distintos, em torno da centralidade da relação, do encontro e da responsabilidade ética. Enquanto Levinas (1987) desloca a ética para além da ontologia, situando-a na assimetria do rosto do outro, Buber (2001) compreende o humano a partir da relação Eu-Tu, e Rogers (1976) formula a empatia como condição para o crescimento psicológico e para a constituição do self.

Ao lado dessas abordagens, Erich Fromm (1976) introduz uma inflexão social e política ao compreender o amor não como sentimento espontâneo, mas como prática consciente, crítica e disciplinada de reconhecimento. Nesse sentido, o amor é concebido neste trabalho não como categoria subjetiva ou romântica, mas como princípio ético-relacional que funda vínculos, sustenta práticas educativas e orienta compromissos sociais. Essa compreensão aproxima-se das formulações

contemporâneas de Renato Noguera (2014), ao tratar o amor como ética do cuidado e da justiça relacional, e de Lucas Veiga, que o compreende como prática clínica e política de reconhecimento do outro em sua vulnerabilidade. O diálogo entre esses autores permite situar o amor como fundamento ético da convivência, da educação e das práticas psicológicas comprometidas com a dignidade humana, em consonância com a ética do cuidado em contextos globalizados discutida por Ingrid Mingol (2015).

A partir desse horizonte, o referencial teórico também incorpora a noção de vulnerabilidade como elemento constitutivo da identidade. Freud, Winnicott e Butler ajudam a compreender que o sujeito se forma no encontro com o outro, na exposição e no reconhecimento mútuo. A vulnerabilidade é compreendida, neste estudo, como condição relacional que estrutura o encontro com o outro e torna possível a empatia, a responsabilização e a transformação ética. Essa compreensão se aprofunda quando observadas as relações de gênero, nas quais a desigualdade e a violência evidenciam formas sistemáticas de negação do reconhecimento das mulheres como sujeitos plenos. Nesse contexto, a noção de alteridade feminina remete à recusa histórica, social e institucional de legitimar a experiência, a palavra e o corpo das mulheres como portadores de sentido e dignidade.

As análises de Lilia Schraiber, Carla Cinelli e Daniela Pereira, em articulação com os documentários examinados, demonstram que tornar visíveis essas experiências constitui um gesto simultaneamente ético e político, ao romper com práticas de silenciamento e subalternização. Desse modo, o referencial teórico sustenta a tese de que amor, vulnerabilidade e alteridade operam como eixos centrais para repensar a atuação da psicologia frente às desigualdades, orientando práticas de cuidado comprometidas com o reconhecimento e a dignidade humana.

2.1 AMOR E ALTERIDADE

O amor, na perspectiva da alteridade, não se reduz a uma emoção, mas configura-se como forma de reconhecimento da existência do outro em sua singularidade. Almeida (2014), ao reinterpretar Levinas, defende que amar é deslocar o centro ético do eu para o rosto do outro, o que implica renúncia à lógica da posse e da objetificação. Esse deslocamento inaugura uma ética da responsabilidade, na qual o sujeito se constitui na abertura incondicional à alteridade. Entende-se aqui por alteridade a experiência ética do reconhecimento do outro como sujeito irreduzível, cuja existência, palavra e corporeidade não podem ser assimiladas, hierarquizadas ou silenciadas por normas sociais dominantes. O amor torna-se, assim, exercício ontológico de descentramento e transcendência do eu, assumindo caráter ético e político.

Perdigão (2012) situa o amor dentro da ética do cuidado como atitude de atenção ativa e presença diante da vulnerabilidade alheia. Nessa abordagem, o reconhecimento do outro não é

concessão, mas imperativo ético que reconfigura a própria identidade do sujeito cuidador. O cuidado emerge como expressão concreta da alteridade em ação, relação assimétrica em que o eu é chamado a responder antes de qualquer expectativa de retorno. Já Mingol (2015) propõe que o amor, entendido como prática ética, transcende o âmbito interpessoal e adquire dimensão cosmopolita. Em sociedades globalizadas, o reconhecimento do outro ultrapassa fronteiras culturais, exigindo cidadania sensível à diversidade e à interdependência.

Souza, Novais e Vasconcelos (2023) ampliam essa reflexão ao associar o amor à educação popular, compreendendo-o como reconhecimento do outro enquanto sujeito histórico e produtor de saberes. A prática amorosa manifesta-se no diálogo e na escuta atenta, rompendo hierarquias epistemológicas e restituindo dignidade às vozes marginalizadas. Amar, portanto, é ato de emancipação e humanização recíproca. Essa compreensão dialoga diretamente com a pedagogia crítica de Paulo Freire, especialmente com a Pedagogia da Autonomia, na qual o autor concebe o ato educativo como prática ética fundada no respeito à dignidade do educando e na recusa de qualquer forma de desumanização. Em Freire, o amor não se confunde com sentimentalismo, mas se afirma como compromisso político com a libertação, expresso no diálogo, na escuta e no reconhecimento dos sujeitos como históricos, inacabados e capazes de produzir conhecimento. Nessa perspectiva, amar implica assumir responsabilidade pelo outro e pelo mundo comum, o que aproxima a educação popular de uma ética da alteridade orientada pela justiça, pela emancipação e pela transformação social

A radicalidade da alteridade levinasiana desafia a possibilidade de reciprocidade plena: amar o outro é aceitar o inacabamento e a impossibilidade de compreendê-lo integralmente. Essa tensão, apontada por Almeida (2014), não enfraquece o amor, mas o torna ético, pois preserva o mistério e o direito à diferença. Amar é vulnerabilidade ativa, compromisso sem domínio. Nesse sentido, Mingol (2015) reforça que o amor ético se realiza na prática da hospitalidade e da solidariedade. Reconhecer o outro é também reconhecer as estruturas sociais que o oprimem; amar é agir para transformá-las. O amor torna-se ato de justiça, restabelecendo equidade nas relações humanas.

A partir de Levinas (1987; 1988), compreende-se que a ética antecede a ontologia: o rosto do outro é um chamado à responsabilidade. O amor não é fusão, mas assimetria; o eu é convocado a servir e proteger. Essa ética da alteridade fundamenta o cuidado como dever incondicional, sem expectativa de retorno. Fromm (1976), em diálogo com essa visão, aborda o amor sob a ótica psicanalítica e social, entendendo-o como arte que requer disciplina, paciência e conhecimento. Em *Ter ou Ser?* (1977), critica o modelo capitalista que reduz o outro a objeto de consumo afetivo, propondo o amor como resistência à lógica da posse.

Carl Rogers e Martin Buber, embora oriundos de campos distintos, convergem na compreensão de que o encontro autêntico entre seres humanos é o núcleo da experiência ética. Para Rogers (1976),

a empatia é a capacidade de perceber o mundo interno do outro “como se” fosse o próprio, sem perder a condição de alteridade. Essa atitude cria espaço de crescimento mútuo, onde o indivíduo se sente reconhecido e valorizado. Buber (2001) diferencia a relação Eu-Tu da relação Eu-Isso: na primeira, há presença e reciprocidade; na segunda, objetificação e distância. Ambos defendem uma ética do encontro baseada na autenticidade e no respeito.

A empatia rogeriana e o diálogo buberiano podem ser compreendidos como modos complementares de restituir humanidade às relações, não pela supressão de conflitos ou julgamentos, mas pela forma como criam condições éticas para o encontro. Para Carl Rogers, o crescimento ocorre quando o indivíduo é acolhido em um ambiente orientado pela aceitação e pela compreensão empática, o que favorece a construção de segurança emocional e de autonomia psíquica. Tal ambiente não se define pela inexistência de julgamentos, mas pela suspensão de atitudes moralizantes que impedem a escuta e o reconhecimento do outro. Nesse horizonte, o diálogo, conforme proposto por Martin Buber, torna-se espaço ético de humanização, no qual o amor se manifesta como abertura à alteridade e como fortalecimento do sujeito para enfrentar as tensões e desafios inerentes à vida relacional e social. O diálogo torna-se espaço sagrado de humanização, onde o amor se manifesta como abertura, não posse. Nessa mesma direção, Perdigão (2012) observa que o cuidado ético se fundamenta em atitude dialógica na qual o sujeito reconhece sua incompletude diante do outro. Amar é aprender com o outro, reconhecendo nele uma fonte de sentido.

Essas concepções encontram tradução simbólica nos documentários analisados. Em *Human* (2015), de Yann Arthus-Bertrand, rostos anônimos narram suas histórias sobre fundo neutro, num exercício ético de escuta radical e reconhecimento. Em *Far from the Tree* (2017), o amor emerge no seio da família, onde pais e filhos constroem vínculos diante da diferença. A escuta afetiva revela o amor como descentramento do eu e aprendizado da empatia. Já *Território do Brincar* (2015), de Renata Meirelles e David Reeks, oferece uma pedagogia da escuta ao registrar o brincar infantil em contextos culturais diversos. O olhar cinematográfico devolve às crianças o direito à palavra e mostra o vínculo humano como aprendizado coletivo.

Em todos esses exemplos, o amor se revela como prática de reconhecimento e corresponsabilidade. O gesto de escutar, cuidar e acolher traduz a ética da alteridade em ação. Amar é humanizar-se através do outro, reafirmando a interdependência como essência da vida social.

2.2 VULNERABILIDADES E IDENTIDADE

A vulnerabilidade constitui dimensão relacional da condição humana e ocupa lugar central na construção da identidade, não como atributo abstrato ou permanente, mas como experiência que se manifesta em relação a situações, vínculos, perdas e contextos sociais específicos. Ao reconhecer-se

vulnerável, o sujeito não se define pela fragilidade em si, mas pela consciência de seus limites diante do outro e do mundo, o que implica o deslocamento do ideal moderno de autonomia absoluta. Nesse sentido, a vulnerabilidade coexiste com a potência e com a capacidade de enfrentamento, sendo ativada ou intensificada em determinadas condições históricas, afetivas e simbólicas. Em Freud, a noção de “narcisismo ferido” evidencia que a confrontação com perdas, frustrações e limites é condição para a maturidade psíquica, na medida em que obriga o sujeito a reelaborar sua relação consigo e com os outros. Já em Winnicott, o cuidado e a presença materna constituem o ponto de partida do self, indicando que o indivíduo só se constitui como sujeito a partir de uma relação suficientemente sustentadora, na qual vulnerabilidade e confiança se entrelaçam. Assim, a identidade não se forma apesar da vulnerabilidade, mas por meio dela, na relação contínua entre dependência, potência e reconhecimento.

Judith Butler aprofunda esse debate ao propor que a vulnerabilidade é também uma categoria política. Ser vulnerável significa estar exposto ao olhar e ao julgamento do outro; contudo, é justamente essa exposição que possibilita o reconhecimento social. A identidade, portanto, é sempre relacional — construída na reciprocidade e na dependência. A vulnerabilidade deixa de ser fraqueza para se tornar potência ética, pois nos torna sensíveis à dor e à diferença.

Essa dimensão é visível em *Far from the Tree* (2017), que mostra famílias lidando com as diferenças — deficiência, orientação sexual, nanismo — como experiências de aprendizado amoroso. O vínculo não nasce da semelhança, mas da aceitação. Em *Children Full of Life* (2003), o ambiente escolar torna-se espaço de partilha afetiva: o professor ensina empatia, solidariedade e escuta, transformando a sala de aula em microcosmo da convivência ética. Em ambas as obras, a vulnerabilidade aparece como força de coesão e via de autoconhecimento.

A partir desses referenciais, é possível compreender que o amor e a vulnerabilidade não se opõem, mas se completam. Amar é permitir que o outro nos toque e nos transforme, e reconhecer a própria fragilidade é passo fundamental para a construção de uma identidade mais empática e justa. A vulnerabilidade compartilhada funda o terreno da alteridade e sustenta a ética do cuidado.

2.3 QUESTÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA

A desigualdade de gênero é produto histórico das estruturas patriarcais que naturalizam hierarquias entre homens e mulheres. Schraiber et al. (2002) demonstram que a violência contra a mulher é expressão de poder simbólico e disciplinamento social, perpetuando desigualdades materiais e culturais. Aguiar, d'Oliveira e Schraiber (2013) evidenciam a violência institucional como mecanismo de dominação travestido de autoridade técnica. Nas maternidades analisadas, o poder médico reproduz a lógica patriarcal e silencia experiências femininas. Barboza e Mota (2016) reforçam que a

violência obstétrica nasce da invisibilidade da dor feminina e da naturalização do sofrimento.

Mühlen e Strey (2013) destacam que, apesar de avanços legislativos, persistem resistências culturais e institucionais. A opressão feminina mantém-se viva nos interstícios da lei e da cultura, o que evidencia a necessidade de transformação social e educacional. Cinelli (2014) mostra como o protagonismo das mulheres camponesas redefine identidades e desafia a lógica patriarcal, enquanto Guerrero-Vaca et al. (2023) revelam que crises sociais, como o confinamento, agravam a violência doméstica.

O cinema, como linguagem política e estética, oferece novas leituras sobre essa realidade. Pereira (2019) analisa Grito da Terra como espelho das múltiplas formas de violência que atravessam o corpo feminino. Gusmão, Santos e Duarte (2017) reforçam que o audiovisual atua como mediador crítico, rompendo estereótipos e promovendo empoderamento. Esses autores demonstram que a visibilidade feminina na arte é prática política e instrumento de reconstrução identitária.

Nos documentários *Private Violence* (2014), *And So I Stayed* (2021) e *Behind the Rage* (2020), a narrativa da resistência feminina ganha voz própria. As protagonistas relatam experiências de dor e superação, subvertendo o lugar da vítima e transformando o testemunho em ação. *Private Violence* evidencia como o abuso íntimo mina a confiança e isola a mulher; *And So I Stayed* revela o impacto da criminalização de sobreviventes; *Behind the Rage* discute o trauma pós-relacionamento abusivo. Em todos, a palavra feminina surge como instrumento de cura e de denúncia.

Essas narrativas dialogam com as teorias feministas ao expor o patriarcado como estrutura de dominação que controla o corpo e a subjetividade feminina. A psicologia e o cinema convergem na compreensão de que o relato, ao ser ouvido e validado, produz transformação psíquica e social. O enfrentamento da violência exige, assim, empatia, escuta e políticas públicas que acolham a diversidade de experiências. A articulação entre amor e alteridade reaparece aqui como fundamento ético: combater a violência é também reafirmar o direito de existir plenamente.

2.4 O PAPEL DA PSICOLOGIA

O enfrentamento da violência de gênero no Brasil resulta de uma trajetória de lutas feministas e avanços institucionais que transformaram um problema privado em questão pública. Azambuja e Nogueira (2008) foram pioneiras ao articular a violência como problema de direitos humanos e saúde pública. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) consolidou esse reconhecimento, mas, como analisam Scarpim et al. (2025), sua efetividade depende de infraestrutura e políticas integradas.

Rodrigues, Costa e Hees (2025) afirmam que a concretização dos direitos das mulheres requer articulação entre políticas públicas e o Judiciário, com formação continuada de agentes públicos. Nunes e Lélis (2025) observam que, embora o Brasil possua legislação avançada, persistem barreiras

orçamentárias e ideológicas. Moreira e Dias (2021) defendem a integração entre sistema jurídico e saúde, especialmente na atenção primária, destacando o papel das equipes multiprofissionais na detecção precoce da violência.

A atuação psicológica aparece nesse contexto como eixo fundamental. Oliveira, Santos e Forti (2025) relatam a experiência de um plantão psicológico em delegacia da mulher, mostrando que a presença do psicólogo humaniza o acolhimento e amplia a confiança das vítimas nas instituições. Garone et al. (2025) destacam a importância da clínica-escola como espaço de formação ética e técnica, onde futuros profissionais aprendem a unir escuta, empatia e responsabilidade social.

Lima e Barbosa (2023) reforçam que a ética profissional implica sensibilidade diante da vulnerabilidade e respeito à singularidade. O cuidado psicológico vai além do diagnóstico: abrange promoção da autonomia e bem-estar. Pereira e Alves (2024) enfatizam que o atendimento às mulheres vítimas de violência requer abordagem interseccional entre direito e psicologia, reconhecendo as dimensões simbólicas e sociais do sofrimento.

Araújo et al. (2025) e Martins e Honorato (2022) acrescentam que a psicologia deve atuar de forma intersetorial, articulando saberes e fortalecendo redes de apoio. O compromisso ético do psicólogo envolve reconhecer as intersecções entre gênero, classe e raça, garantindo escuta plural e empoderamento feminino. Sob essa ótica, o amor e a alteridade convergem como princípios orientadores da práxis psicológica.

O papel social do psicólogo na prevenção e enfrentamento da violência de gênero é inseparável da ética do cuidado e do compromisso com os direitos humanos. A prática psicológica une técnica e sensibilidade, articulando saberes jurídicos, sociais e culturais. O profissional torna-se mediador entre sofrimento e emancipação, transformando a escuta em ato político e o cuidado em prática de justiça e amor.

3. METODOLOGIA

O estudo foi delineado em abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, por tratar de fenômenos que dizem respeito à experiência humana do cuidado, da alteridade e da violência de gênero, cuja compreensão exige leitura interpretativa e não mensurativa. Optou-se por um recorte teórico-documental, com base em autores da ética da alteridade (Levinas, Almeida, Perdigão, Mingol), da psicologia humanista e do encontro (Rogers, Buber, Fromm) e da produção feminista e socioantropológica sobre violência contra a mulher (Schraiber, Aguiar, Barboza, Cinelli, Mühlen). Foram incluídos somente textos científicos e ensaísticos com autoria identificada, publicados em periódicos ou livros reconhecidos, que abordassem diretamente: amor como categoria ética, vulnerabilidade como dimensão relacional e violência de gênero como resultado de estruturas

patriarcais. A seleção priorizou referências já consolidadas na área e publicações recentes que tratam de políticas públicas e atuação da psicologia, de modo a garantir atualização conceitual e ancoragem em fontes verificáveis.

Paralelamente à revisão teórica, realizou-se análise de produções audiovisuais utilizadas como material empírico-ilustrativo (*Human*, *Far from the Tree*, *Território do Brincar*, *Private Violence*, *And So I Stayed* e *Behind the Rage*), tomadas aqui não como objeto de estudo fílmico, mas como narrativas que tornam visíveis experiências de alteridade, vulnerabilidade e resistência feminina. A leitura desses documentários seguiu orientação de análise de conteúdo temática, buscando identificar cenas, discursos ou enquadramentos que expressassem: (a) escuta e reconhecimento do outro; (b) exposição de situações de desigualdade e silenciamento; (c) presença de mediação ética ou cuidadora; (d) possibilidades de atuação profissional da psicologia. As informações extraídas dos textos e dos filmes foram organizadas por eixos — amor e alteridade; vulnerabilidades e identidade; gênero e violência; papel da psicologia — os mesmos que estruturam o desenvolvimento do artigo. Não houve intervenção com sujeitos, nem coleta de dados em serviços, o que dispensa tramitação em comitê de ética, preservando-se, contudo, o princípio de respeito às fontes e a fidelidade às obras analisadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da análise teórico-documental indicam que a concepção de amor inscrita na ética da alteridade permite ultrapassar leituras afetivistas e individualistas do cuidado. Almeida (2014), ao reler Levinas, mostra que o amor é deslocamento do eu e resposta ao apelo do rosto do outro; não é troca, é responsabilidade. Essa leitura encontra ressonância em Perdigão (2012), que situa o amor no âmbito da ética do cuidado como presença ativa diante da vulnerabilidade alheia, e em Mingol (2015), que amplia o horizonte para uma cidadania sensível às diferenças culturais.

Quando essas formulações são postas em diálogo com a psicologia humanista de Rogers e com a filosofia do encontro de Buber, percebe-se um núcleo comum: o amor é ato de reconhecimento e não de apropriação, e só se realiza na escuta e na autenticidade das relações humanas. Os documentários *Human* e *Território do Brincar* visualizam esse movimento ao transformar a escuta em gesto ético e ao fazer do outro um sujeito de palavra, não um objeto de análise.

A dimensão da vulnerabilidade mostrou-se estruturante para compreender a constituição da identidade e, ao mesmo tempo, para aproximar filosofia, psicologia e produção audiovisual. Nogueira et al. (2023) destacam que reconhecer a fragilidade do outro implica rever noções de autonomia e de compaixão; Santos, Moreira e Sevilha (2023) demonstram, no campo da saúde, que o acolhimento da dor sem reduzi-la à patologia é expressão concreta da ética da alteridade; Souza, Novais e

Vasconcelos (2023) associam esse mesmo princípio ao campo formativo e político, indicando que amar é legitimar saberes marginalizados. Essa linha de pensamento permite ler *Far from the Tree* e *Children Full of Life* como narrativas da vulnerabilidade que vira vínculo: famílias e escolas que reconhecem a diferença deixam de tratá-la como déficit e passam a vê-la como possibilidade de aprendizagem ética. Assim, a vulnerabilidade não fragiliza o laço social; ao contrário, funda-o.

Quando se desloca o foco para as questões de gênero, a análise evidencia que a negação da alteridade feminina é um dos mecanismos centrais de manutenção da violência. Schraiber et al. (2002) revelam que a violência contra a mulher expressa poder disciplinador; Aguiar, d'Oliveira e Schraiber (2013) mostram que essa lógica também atravessa instituições de saúde; Barboza e Mota (2016) descrevem a violência obstétrica como forma de silenciamento do corpo e da dor da mulher; Mühlen e Strey (2013) apontam os limites da resposta estatal quando não há mudança cultural. Esses achados dialogam diretamente com os documentários *Private Violence*, *And So I Stayed* e *Behind the Rage*, nos quais o testemunho feminino rompe o silêncio e desloca a pergunta culpabilizadora (“por que ela não saiu?”) para o eixo estrutural da violência. Pereira (2019) e Gusmão, Santos e Duarte (2017) já assinalavam que o audiovisual, quando mediado criticamente, opera como contra-narrativa feminista e como pedagogia da visibilidade. Assim, o resultado principal desse eixo é que a alteridade, aqui, não é apenas reconhecimento abstrato do outro, mas reconhecimento de mulheres concretas em contextos de dominação.

Outro ponto que surge das análises é o lugar estratégico da psicologia na articulação entre ética, política e cuidado. Azambuja e Nogueira (2008) apontam que o enfrentamento da violência de gênero só ganha contorno público quando passa a ser entendido como questão de direitos humanos e de saúde; Rodrigues, Costa e Hees (2025), Nunes e Lélis (2025) e Scarpim et al. (2025) mostram que a legislação avançou, mas depende de atores que a concretizem; Moreira e Dias (2021) e Martins e Honorato (2022) evidenciam que os serviços de saúde e assistência são portas de entrada que exigem olhar interdisciplinar. É nesse ponto que os relatos de Oliveira, Santos e Forti (2025) e de Garone et al. (2025) se tornam centrais: a presença do psicólogo em delegacia da mulher ou em clínica-escola introduz a escuta qualificada, rompe com o atendimento burocrático e restitui agência às vítimas. A psicologia, quando opera a partir da ética da alteridade, não patologiza, não tutela e não fala pelo sujeito; cria condições para que ele fale.

A discussão geral permite afirmar que os quatro eixos — amor, vulnerabilidade, gênero e psicologia — formam uma linha contínua. O que Levinas fórmula como responsabilidade infinita pelo outro, o que Rogers traduz como empatia, o que Mingol descreve como cidadania cosmopolita e o que as feministas latino-americanas denunciam como violência estrutural convergem na mesma exigência: reconhecer o outro é assumir compromisso com sua dignidade. Os documentários analisados confirmam que, quando a palavra é devolvida a quem foi silenciado, há deslocamento

subjetivo e político. As políticas públicas e a atuação psicológica, quando fundamentadas nessa ética, deixam de ser respostas pontuais e passam a integrar um projeto de justiça que tem o amor como horizonte e a alteridade como método

5. CONCLUSÃO

A proposta inicial deste artigo foi analisar o amor como expressão da alteridade, compreender a vulnerabilidade como dimensão constitutiva da identidade, discutir como as questões de gênero e violência revelam a negação do outro e, por fim, indicar o lugar da psicologia nesse cenário. O percurso permitiu mostrar que o amor, quando entendido como gesto de reconhecimento, afasta-se da ideia de afeto íntimo e aproxima-se de uma ética de responsabilidade. Nesse horizonte, o encontro com o outro deixa de ser casual e passa a ser compromisso, sobretudo quando esse outro aparece marcado por diferença, dor ou silenciamento.

A investigação sobre a vulnerabilidade evidenciou que ela não é um ponto fraco a ser corrigido, mas o solo em que se torna possível a empatia e o cuidado. As narrativas audiovisuais analisadas mostraram com nitidez que famílias, crianças e mulheres aprendem e reaprendem o vínculo justamente quando admitem limites e expõem suas histórias. Ao aproximar essa dimensão das situações de violência de gênero, tornou-se visível que a raiz do problema não está apenas no ato violento, mas na recusa em reconhecer a mulher como sujeito pleno. A visibilidade dada pelos documentários funcionou como contra-discurso e como demonstração concreta de que a voz, quando devolvida, reorganiza identidades.

Resta evidenciado, ao final, que a psicologia tem condições de articular esses elementos em práticas de cuidado que não sejam neutras nem burocráticas. Ao trabalhar com escuta qualificada, com leitura das interseccionalidades e com diálogo com as políticas públicas, a área pode atuar como mediação entre sofrimento e emancipação.

Os objetivos definidos no início foram alcançados: o amor pôde ser visto como categoria ética; a vulnerabilidade apareceu como força relacional; as desigualdades de gênero foram compreendidas em sua dimensão estrutural; e a psicologia foi situada como campo capaz de transformar a escuta em ação. O que se delineia, assim, é uma proposta de atuação que reconhece o outro, sustenta o cuidado e aproxima ética, imagem e intervenção social.

AGRADECIMENTOS

Seção facultativa na qual o autor pode expressar agradecimentos às agências financiadoras ou a qualquer outra entidade que tenha contribuído de maneira relevante para o desenvolvimento do trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. M.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 11, p. 2287-2296, 2013.
- ALMEIDA, R. Ética da alteridade: o amor como responsabilidade pelo outro. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 87-101, 2014.
- ARAÚJO, M. A.; COSTA, R. M.; PEREIRA, F. L.; HONORATO, J. L. Intersetorialidade e enfrentamento da violência de gênero: perspectivas da psicologia social. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 37, e26245, 2025.
- AZAMBUJA, M. R. F.; NOGUEIRA, C. Violência contra as mulheres: um problema de saúde pública e de direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 431-448, 2008.
- BARBOZA, R. M.; MOTA, A. Violência obstétrica e a invisibilidade do sofrimento feminino. **Revista Bioética**, v. 24, n. 2, p. 363-372, 2016.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CINELLI, C. G. Mulheres camponesas e resistência política: identidades em construção. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 241-257, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-50. (Trabalho original publicado em 1914).
- FROMM, E. **A arte de amar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GARONE, S. A.; OLIVEIRA, L. P.; FORTI, C. C. A formação ética do psicólogo e o papel da clínica-escola. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 30, e32567, 2025.
- GUSMÃO, M.; SANTOS, M.; DUARTE, L. Feminismo e representação feminina no cinema contemporâneo. **Revista Comunicação e Sociedade**, v. 39, n. 2, p. 57-74, 2017.
- LEVÍNAS, E. **Ética e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- LIMA, F. C.; BARBOSA, G. O. Ética e cuidado psicológico: desafios contemporâneos da escuta. **Revista Psicologia Clínica**, v. 35, n. 1, p. 45-60, 2023.
- MARTINS, C. L.; HONORATO, J. Psicologia e direitos humanos: práticas de acolhimento e empoderamento feminino. **Revista de Psicologia e Políticas Públicas**, v. 8, n. 3, p. 88-105, 2022.

- MINGOL, I. **Ética do cuidado: uma revisão feminista da ética e da política**. São Paulo: Paulus, 2015.
- MOREIRA, M. E.; DIAS, R. L. A psicologia e o sistema de saúde: integração e desafios no enfrentamento da violência. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 4, p. 102-118, 2021.
- MÜHLEN, B. K.; STREY, M. N. Violência de gênero e resistência: desafios contemporâneos. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 30-44, 2013.
- NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)**, v. 6, n. 13, p. 50-69, 2014.
- NUNES, A. R.; LÉLIS, P. R. Políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Administração Pública e Cidadania**, v. 30, n. 1, p. 1-19, 2025.
- OLIVEIRA, T. F.; SANTOS, J. R.; FORTI, L. Práticas psicológicas em delegacias especializadas: contribuições da escuta humanizada. **Revista Brasileira de Psicologia Social**, v. 37, e29420, 2025.
- PERDIGÃO, A. Ética do cuidado e responsabilidade pelo outro. **Revista de Filosofia da PUCRS**, v. 23, n. 2, p. 121-136, 2012.
- PEREIRA, D. Imagens da dor: a violência contra a mulher no cinema contemporâneo. **Revista Estudos de Comunicação**, v. 19, n. 2, p. 71-84, 2019.
- RODGUES, A. L.; COSTA, F. M.; HEES, R. A. Efetividade da Lei Maria da Penha e o papel da psicologia na rede de proteção. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 15, n. 1, p. 59-78, 2025.
- ROGERS, C. **Tornar-se pessoa: um ponto de vista da psicoterapia**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- SANTOS, L. A. V.; MOREIRA, M. J.; SEVILHA, E. C. Acolhimento e empatia na atenção psicológica em saúde. **Revista de Psicologia e Saúde**, v. 15, n. 2, p. 77-92, 2023.
- SCARPIM, J. C.; LIMA, D. S.; ALMEIDA, F. P. Implementação da Lei Maria da Penha e desafios intersetoriais. **Revista Direitos e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2025.
- SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra a mulher: estudos e políticas públicas em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, n. 1, p. 7-18, 2002.
- SOUZA, L. F.; NOVAIS, T. R.; VASCONCELOS, M. S. Amor e educação popular: o reconhecimento como prática emancipatória. **Revista Educação e Realidade**, v. 48, e13596, 2023.
- VEIGA, Lucas. **Clínica do impossível**. São Paulo: Autêntica, 2021.
- WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1983.